Ano XI - Nº 4.768

Quarta-feira, 15 de Junho de 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Foto: https://i.ytimg.com

Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil

Políticas públicas conjuntas foram defendidas pela vereadora Vânia Galvão para enfrentar o problema

Foto: Reginaldo Ipê



“Nossos jovens vivem um eterno presente. Tiveram um passado que não gostam de lembrar e não enxergam o futuro. Precisamos de ações afirmativas para coibir de forma mais incisiva o trabalho infantil. Infelizmente, é uma realidade no nosso país, estado e município”, lamenta Vânia Galvão (PT).

Leia mais na página 3

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretária-Chefe
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com



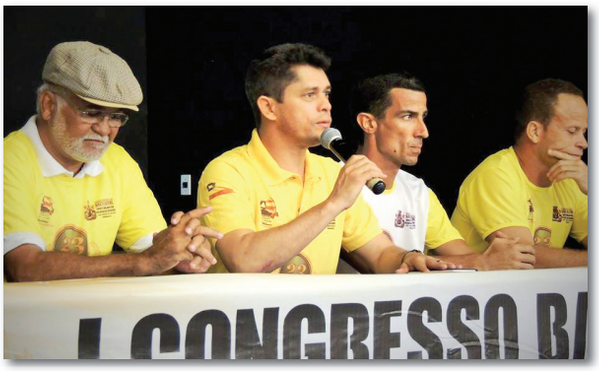
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

Vereador participa do 1º Congresso Baiano de Capoeira

O vereador Luiz Carlos (PRB) participou no último sábado, 11, do 1º Congresso Baiano de Capoeira, realizado no Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador e celebrou também os 23 anos do Grupo de Capoeira Esquiva, sob a direção do Mestre Coentro.

O objetivo do evento foi promover a troca de experiências, vivências e reflexões relacionadas ao tema da capoeira, discutindo sobre desafios, conquistas e perspectivas para o futuro.





Fotos: Assessoria do vereador

Carballal estreita parceria com comunidade europeia

Após viagem à Itália, vereador prevê irmandade entre as cidades de Salvador e Campobasso

O vereador Henrique Carballal (PV) retornou a Salvador, após viagem à cidade de Campobasso, capital da região de Molise, na Itália, onde esteve representando o Município em evento do Projeto Tchau (Trabalhar, Cooperação, Humanidade, Amor, União). O projeto, que é fruto da assinatura de um termo de cooperação entre Salvador e Itália em 2015, visa contribuir com o empoderamento da população em situação de vulnerabilidade social dos bairros da Boca do Rio e Acupe de Brotas, promovendo a inclusão social através da expressão artística e do envolvimento de pessoas com necessidades de reabilitação física.

Reconhecendo as similaridades e particularidades entre a capital baiana e a cidade italiana, Carballal decidiu dar entrada em projeto de lei que requer a irmandade entre as cidades. "Será firmado um Protocolo de Intenções entre a região de Molise e a cidade do Salvador, a partir do qual, não se tem dúvida, se estabelecerá uma relação duradoura e geradora de frutos, especialmente no segmento cultural e social", afirmou.

O Protocolo de Intenções prevê a implantação de um centro polifuncional na cidade de Salvador, voltado à promoção de atividades educativas e formativas, tudo dentro do contexto das atividades de cooperação para o desenvolvimento. O Protocolo prevê ainda a ampliação do Projeto Tchau, que é mantido pela comunidade europeia da Região de Molise e, atualmente, beneficia cerca de mil jovens nos bairros da Boca do Rio, onde funciona o Centro Paroquial São Francisco de Assis, e Acupe de Brotas, onde funciona a Instituição Cristã de Amparo ao Jovem (Icaj).



Vereador Henrique Carballal

Vânia defende ações afirmativas contra trabalho infantil

Sessão especial foi realizada na manhã desta terça-feira (14), no Plenário Cosme de Farias

Políticas públicas conjuntas para combater o trabalho infantil foram defendidas na manhã de terça-feira (14) pela vereadora Vânia Galvão (PT), em sessão especial comemorativa ao Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, celebrado no dia 12 de junho. No Plenário Cosme de Farias, a legisladora avaliou que as ações executadas por União, Estado e Município ainda se mostram insuficientes diante do problema.

"Nossos jovens vivem um eterno presente. Tiveram um passado que não gostam de lembrar e não enxergam o futuro. Precisamos de ações afirmativas para coibir de forma mais incisiva o trabalho infantil. Infelizmente, é uma realidade no nosso país, estado e município", lamentou Vânia Galvão.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereadora Vânia Galvão presidindo a sessão especial no plenário



De acordo com estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com 290,6 mil casos registrados, a Bahia é o terceiro estado do país com o maior índice de trabalho infantil.

Entre as ações conjuntas para ajudar no combate ao trabalho infantil, a vereadora destacou, também, a necessidade de o Município investir na construção de creches principalmente para abrigar crianças de 0 a 6 anos.

Um trabalho conjunto entre os órgãos competentes também foi defendido pela chefe do Setor de Serviços, Acompanhamento Social e Assistencial da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (Semps), Adriana Vieira. Entre os projetos desenvolvidos, a representante da pasta destacou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Transferência de renda

"É uma proposta intersetorial que tem como diretriz a transferência de renda. A Semps executa uma política importante de assistência social e os conselhos tutelares tem função fundamental nesse processo", afirmou Adriana Vieira, que também lembrou o papel dos Cras (Centro de Referência de Assistência Social) e Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).



Para o presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), Rodrigo Alves da Silva, avanços precisam ser efetivados para garantir a preservação dos direitos das crianças e adolescentes. "Criança não é o futuro, mas sim o presente", pontuou.

A sessão especial foi abrilhantada com uma apresentação do Coral da Câmara, regido pelo maestro Carlos Veiga.



Suíca diz que novo PDDU diminui áreas de parques

Vereador justificou seu voto contrário à matéria tendo como base questões ambientais

"A votação do projeto que trata do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) foi complexa e polêmica. Embora o projeto tenha sido revisto com a evolução dos debates, poderia ser mais avançado na área ambiental", afirmou o vereador Luiz Carlos Suíca (PT) durante voto contrário à matéria na segunda-feira (13).

Fotos: Antonio Queirós



Para Luiz Carlos Suíca, PDDU avançou pouco na área ambiental

De acordo com o vereador, a definição do voto contrário ao PDDU foi fruto de diálogos com movimentos sociais, com o PT e com a tendência Esquerda Popular Socialista (EPS), da qual faz parte. "Há, por parte dos movimentos sociais, muitas dúvidas a respeito dos impactos dessa nova lei, construímos nosso posicionamento com base nisso, de forma participativa, como temos feito desde o início do mandato", declarou Suíca.

O vereador diz que ainda é preciso sensibilizar toda a classe política sobre a questão ambiental. "Tanto o governo do estado quanto o município sugerem medidas neste PDDU que alteram os limites atuais e prejudica o Parque Metropolitano de Pituaçu e o Parque Ecológico do Vale Encantado de Patamares. Não concordo com essas alterações", afirmou Suíca.

Gilmar Santiago afirma que PDDU pode ser judicializado

Vereador criticou processo de votação e disse que oposição tem elementos para contestar



Vereador Gilmar Santiago critica Plano Diretor aprovado na Câmara Municipal

O vereador Gilmar Santiago (PT) disse que a oposição tem todas as condições de judicializar o processo de votação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), entendendo haver irregularidades. "O prefeito patrocinou um circo nas galerias para votar um Plano indefensável e a bancada dele não tinha os 29 votos necessários para mudar o processo de votação", disse Gilmar, referindo-se à mudança de rito de apreciação dos artigos do Plano.

Segundo Gilmar, o PDDU vai retirar poderes da Câmara ao criar uma Comissão Normativa que vai legislar em regime de exceção sobre construções em algumas áreas da cidade. Para o vereador, o PDDU foi feito para o mercado imobiliário, que representa apenas 12% da economia de Salvador, quando aumenta o padrão construtivo na orla.

Ele alerta que isto vai afetar o clima do resto da cidade. "É o pior PDDU da história, consegue ser pior que o de Imbassahy e o de João Henrique. Foram gastos mais de R$ 6 milhões com uma fundação paulista que fez um Plano com dados defasados de 2010", criticou Gilmar.

CÂMARA MUNICIPAL

EXPEDIENTE

4º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA

Salvador, 13 de junho de 2016.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33/16

Concede a Medalha Thomé de Souza a Marcos Luiz Alves de Melo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedida a Medalha Thomé de Souza a Marcos Luiz Alves de Melo.
Art.2º - A Mesa da Câmara fica autorizada a providenciar a entrega da referida distinção honorífica em Sessão Solene, previamente marcada e convocada para este fim.
Art.3º - As despesas decorrentes da presente Resolução correrão pela verba própria do Orçamento vigente.
Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2016.
ELIEL

JUSTIFICATIVA

Marcos Luiz Alves de Melo nasceu em 1950, em Ribeiro Fundo, agreste de Pernambuco, filho de Alino José de Melo e Isaura Alves de Melo, é casado com o Senhora Kathia Norberto Mattos, os quais conceberam um filho, o Matheus.
Cursou a educação básica no Ginásio Limoeiro, sendo um dos fundadores da Campanha aos Estudantes Pobres (CAESP), cujo objetivo era angariar recursos para ajudar estudantes que não tinham condição de pagar uniformes e materiais escolares, posteriormente expandiram também para realização e eventos culturais, iniciando nesta época o interesse e paixão pelo direito, especialmente pelos juris.
Em 1973, conheceu a Salvador, ficando fascinado pela Cidade e adotando-a como sua nova "terra", quando recebeu convite para trabalhar com relações públicas da Organização Guararapes (cursos profissionalizantes).
No ano seguinte, foi aprovado no vestibular de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), quando saiu do trabalho e passou a dedicar-se exclusivamente aos estudos, os quais concluiu em 1978.
Desde então, Dr. Marcos Luiz Alves de Melo tornou-se o nome de referência no Direito Penal, sempre exercendo a função primando pela efetiva realização da justiça e formação pessoal e educacional.
Compõe a trajetória profissional do advogado o labor na Defensoria Pública, Secretária da Justiça e Direitos Humanos, Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – onde teve a oportunidade de contribuir para a modificação dos paradigmas sociais no tocante ao ambiente de reclusão e os instrumentos, trabalhou para concretizar a construção do conjunto penal e Feira de Santana, o centro de observação e a colônia penal de regime semiaberto no Lafayete Coutinho, com o objetivo constante de ressocialização do preso, contando com o apoio de Drª Marielza Tourinho.
Na Ordem de Advogados do Brasil, foi Conselheiro no biênio 85/87 e membro do Tribunal de Ética e Disciplina.
Renomado advogado criminalista, partilha dos seus conhecimentos com os estudantes da Universidade Católica do Salvador (UCSal), sendo professor da cadeira de Direito Penal desta instituição.
Pelas razões aqui expostas sobre o relevante serviço prestado à Justiça Baiana e somado ao fato da grande qualidade do Advogado Dr. Marcos Luiz Alves de Melo, de fazer amigos e por atender ao quanto disposto na Resolução nº 910/91, solicito dos nobres vereadores da Câmara Municipal de Salvador a aprovação do presente Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2016.
ELIEL

REQUERIMENTO Nº 123/16

Requer, na forma Regimental, a realização de uma Sessão Especial a ser marcada no mês de agosto, em homenagem ao aniversário de 40 anos da Igreja Ramo da Videira, celebrado no dia 22 de julho no Município de Salvador.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2016.
GERALDO JUNIOR

REQUERIMENTO Nº 124/16

Requer à Mesa, ouvido o Plenário, a realização de Sessão Especial, em homenagem a Paulo Colombiano e Catarina Galindo, em data e hora a serem previamente marcados.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2016.
EVERALDO AUGUSTO

ATA

18ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 4º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 13 DE JUNHO DE 2016.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR KIKI BISPO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR HEBER SANTANA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLAUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HEBER SANTANA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TIAGO CORREIA, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 167/16 da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Governo do Estado; Ofício n. 151/16 da Gerência Executiva de Governo da Caixa Econômica Federal; Mensagem do Senado Federal em atenção ao Ofício n. 20/16; Ofícios n.s 75, 76, 77 e 78/16 do Gabinete do Prefeito, solicitando a retirada de apreciação em caráter de urgência dos Projetos de Lei n.s 441/15, 62/16, 19/16 e 61/16, respectivamente; Projetos de Lei n.s 174/16 do vereador Beca, 175/16 do vereador Everaldo Augusto e 176/16 do vereador Léo Prates; Projetos de Resolução n.s 32/16 do vereador Kiki Bispo e 33/16 do vereador Eliel; Substitutivo ao Projeto de Indicação n. 337/15 do vereador Hilton Coelho; Projetos de Indicação n.s 402 a 405/16 do vereador Geraldo Júnior, 406/16 do vereador Claudio Tinoco, 407/16 do vereador J. Carlos Filho e 408 a 411/16 do vereador Everaldo Augusto; e Requerimentos n.s 122/16 do vereador Leandro Guerrilha, 123/16 do vereador Geraldo Júnior e 124/16 do vereador Everaldo Augusto. Terminada a leitura do Expediente, no **Pinga-Fogo**, ocupou inicialmente a Tribuna o vereador Léo Prates, que declarou sua felicidade com a finalização do processo do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), após sete meses de debates acalorados e frutíferos, com muitas emendas produzidas por cidadãos e vereadores. Contou haver pesquisado sobre como esse processo se dava em outras capitais, descobrindo que, em São Paulo, havia emendas em plenário, algo que foi vedado por Acordo nesta Casa. Considerou inquestionável a participação de toda a Cidade e de importantes entidades, e criticou os que tentavam, indevidamente, a judicialização do processo. Enalteceu o reconhecimento que o PDDU dava a territórios de valor cultural e a criação, em seu âmbito, da primeira Área de Proteção Ambiental (APA) da Cidade, a da Pedra de Xangô, e concluiu considerando ser o atual Projeto o melhor PDDU da história de Salvador. A vereadora Kátia Alves elogiou o interesse dos cidadãos presentes à Galeria sobre o PDDU; elogiou o trabalho do prefeito, mencionando recentes inaugurações de sua gestão; e lamentou a violência na Cidade, criticando o governador do Estado por não conseguir enfrentá-la. O vereador Kiki Bispo disse que a Casa cumpria o seu papel discutindo um Projeto importante como o do PDDU, que considerou apto a superar o que não fora bem feito anteriormente. Disse ainda ver Salvador num momento de desenvolvimento, e que por isso o Projeto contaria com o seu voto. O vereador Heber Santana saudou a Casa por seu aniversário e disse que a Galeria refletia a diversidade que tinha sido contemplada pelo PDDU, que considerou ferramenta para a Cidade avançar. Parabenizou o prefeito pela atuação do Executivo no processo de elaboração do diploma; o vereador Tiago Correia, pela colaboração a esse processo enquanto dirigia a Empresa de Limpeza Urbana (Limpurb); e os vereadores Arnando Lessa, Geraldo Júnior e Léo Prates pela atuação em nome da Casa, assim como a vereadora Ana Rita Tavares por tratar da questão dos animais. O vereador Geraldo Júnior destacou o momento importante que viviam e a atuação dos vereadores Arnando Lessa e Léo Prates, presidente das Comissões conjuntas e relator do Projeto do PDDU, respectivamente. Também ressaltou a decisão do presidente Paulo Câmara de estabelecer a tramitação conjunta da matéria e afirmou que o PDDU transformaria a vida das pessoas, dando grandes contribuições à Cidade. Por fim, disse acreditar que o Projeto seria aprovado à unanimidade e saudou o prefeito ACM Neto. Nas **Representações Partidárias**, inicialmente ocupou a Tribuna a vereadora Aladilce Souza, que saudou os presentes na Galeria e pediu que as pessoas que ficaram do lado de fora da CMS pudessem entrar e participar. Em seguida, disse terem sido tomados de surpresa com a divulgação de ofício circular na sexta-feira (10) às 18h, sobre a votação neste dia (13), uma vez que a previsão era de que ocorresse na quarta (15). Disse, ainda, que a bancada de Oposição fora alijada da consulta sobre a pauta de votação, não havendo acordo, portanto, razão pela qual se sentiam desrespeitados. A oradora pediu que a Galeria respeitasse sua fala, o que foi endossado pelo senhor presidente. Continuando, a oradora disse que discordava da votação e mencionou o artigo 121 do Regimento Interno (RI) sobre nenhuma proposição poder ser colocada em discussão sem inclusão prévia na Ordem do Dia com antecedência de 24 horas. Lamentou que a Casa estivesse passando por cima do RI e pediu a retirada do Projeto de pauta. O senhor presidente considerou necessário estudar o RI e ser mais bem assessorado, afirmando que o Projeto foi publicado no dia 7 de junho, havendo, portanto, antecedência de mais de 24 horas. O vereador Joceval Rodrigues declarou que, em nome da aprovação do PDDU, abriria mão de sua fala, apenas encaminhando sua bancada a votar nesse sentido. O vereador Silvio Humberto explicou que via a votação do PDDU a partir de sua história na Cidade e no movimento negro, nele vendo a noção de que "a maior arma do opressor é a mente do oprimido". Criticou as Operações Urbanas Consorciadas (OUC) por favorecerem a especulação imobiliária, e a requalificação prevista para a região do Dique do Tororó, que considerou ter o efeito de excluir pessoas da área, e concluiu declarando seu voto contrário ao Projeto. O vereador Hilton Coelho considerou faltar democracia e legalidade nesta Sessão, por não ter havido acordo de líderes a seu respeito, e deu razão à vereadora Aladilce Souza. Disse que o PDDU era uma falsa proposta de planejamento para a Cidade, inclusive pelo sombreamento das praias em razão das construções a serem realizadas, com efeitos também na temperatura. O vereador

Gilmar Santiago considerou simbólica a atitude do líder do Governo de se abster de falar, enquanto havia manifestantes exaltados a seu favor. Considerou ser este o pior PDDU, cuja autoria atribuiu unicamente ao prefeito, a quem chamou de "líder do golpe", face à iminente aprovação sem discussão e com exaltação de ânimos. Criticou a contratação de entidade para elaboração do Projeto, por seis milhões, enquanto técnicos tinham estimado o mesmo serviço por três milhões. Avaliou que a estrutura do Projeto era primária, com emendas de origem duvidosa e conteúdo favorável à degradação ambiental, e o relacionou à futura Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS), afirmando que a combinação de ambos perseguia o objetivo de tornar mais caro o metro quadrado nos locais de interesse do empresariado. Considerou que um PDDU traz a possibilidade de pacto entre variados interesses, não podendo haver apenas o do capital, que não tem compromisso com o bem da Cidade. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza reiterou seu argumento sobre a necessidade de publicação da matéria com 24 horas de antecedência. Pela ordem, a vereadora Vânia Galvão lembrou que as sessões de segundas e terças-feiras são destinadas ao Pinga-Fogo e às Representações Partidárias, sendo excepcionado haver votação em caso de acordo do Colégio de Líderes, o que disse não ter havido, razão pela qual pediu a suspensão da votação. O senhor presidente lembrou que consta a palavra "preferencialmente" no RI e disse que não mais permitiria questões de ordem que versassem sobre os mesmos dispositivos regimentais. Pela ordem, o edil Everaldo Augusto lembrou que fora acordada a votação do Plano Municipal de Educação para o dia seguinte, e a do PDDU para depois dele, e considerou açodada a votação que se intentava. Indeferidos os pedidos para se adiar a votação, o senhor presidente pediu a atenção de todos e explicou como se dariam as discussões, lembrando que a votação seria artigo por artigo, salvo fosse apresentado um requerimento para que ocorresse por títulos ou capítulos, o que deveria ser aprovado por dois terços dos edis. Passando-se à **Ordem do Dia**, em apreciação o Projeto de Lei n. 396/15 (PDDU), em 1ª discussão, o vereador Everaldo Augusto criticou a postura da Mesa Diretora e da base do Governo quanto à garantia do debate. Considerou que a população sabia ou desconfiava de que o poder que governava a Cidade era conservador e submisso a determinados interesses econômicos que exploravam Salvador havia décadas. Considerou, ainda, que o Projeto era um plano imobiliário para entregar a Cidade a esse setor e que, só da maneira como estava sendo realizada esta Sessão, ele poderia ser votado. Disse que o Projeto não consistia em um PDDU como exigido pelo Estatuto da Cidade, devendo vir acompanhando de estudos técnicos e planos setoriais, e que ele foi elaborado para atender a apenas um terço da população. Considerou que o Plano era genérico ao tratar dos interesses do povo e detalhista ao tratar dos interesses imobiliários, e que Salvador continuaria sendo uma cidade desigual. Deu alguns exemplos de questões trazidas no Projeto com as quais não concordava, como as OUC, e afirmou que a situação da Cidade melhoraria com políticas públicas universais. A vereadora Vânia Galvão disse ser desnecessário o clima tenso em lugar do debate de matéria tão importante, o que lamentou, assim como o "atropelamento" para a realização da votação sem acordo, numa segunda-feira. Considerou que o modo de agir dos governistas atendia a interesses empresarias e criticou a falta de contato direto com a Oposição sobre a realização de votação neste dia. Indagou em quê o PDDU tornaria a Cidade mais humana e justa, e lembrou os problemas a seu respeito, inclusive de ordem processual, que haviam sido apontados ao longo das audiências públicas. Explicou que isso se mostrou desde o início, com a ausência de parecer do Conselho Municipal e a chegada do Projeto na Casa sem os anexos, pelo quê deveria ter sido rejeitado, tendo a Casa se curvado. Sobre a afirmação de que nunca um PDDU tinha contado com tanta discussão, disse ser verdade, mas observando que isso não aconteceu com relação às emendas, que afirmou serem desconhecidas. Concluiu expondo a tramitação que seria a correta e não fora cumprida. O vereador Sílvio Humberto disse que a oportunidade de discutir o PDDU, que decidiria o destino da Cidade, foi perdida nesta Sessão, afirmando que Salvador é a cidade mais desigual e com os piores indicadores de desemprego do Brasil. Considerou que a sociedade é fruto de um processo histórico e ainda apresenta problemas de outros séculos, que atingem, principalmente, as mulheres, os negros e os pobres. Disse que o processo do PDDU não foi participativo, desafiando os vereadores a afirmarem que conhecem todas as emendas feitas ao Projeto, e criticou as OUC. Declarou que, com sua consciência negra, votaria negativamente e que o PDDU não tem uma visão de conjunto, afirmando que não é oferecendo migalhas que se resolve o problema da desigualdade social. O edil Hilton Coelho considerou que a proposta já começou viciada. Mencionou as audiências públicas havidas no Ministério Público dizendo que, após a realização delas, estudos de intelectuais constataram que os dados apresentados pela empresa paulista contratada para elaboração do Plano eram inconsistentes, inclusive havendo partes do texto copiadas do PDDU de São Paulo. Em seguida, afirmou que promover participação popular não é algo fácil, ante os 500 anos de opressão do povo, e que é preciso educação para se construir essa participação e mais que audiências públicas com tempo de fala limitado a três minutos. Considerou o Plano em discussão de péssima qualidade e afirmou que a empresa Odebrecht, com as OUC, receberia três regiões da Cidade "de bandeja". Avaliou que aconteceria em Salvador o mesmo havido em Recife, com as praias sendo sombreadas e o mar recebendo o esgoto dos prédios construídos na Orla, além do quê, a Cidade ficaria ainda mais abafada. Disse que áreas verdes seriam destruídas, dando como exemplo a rodovia prevista para passar no meio do Vale Encantado, e considerou tudo isso fruto da especulação imobiliária. Também mencionou a *Linha Viva*, dizendo que ela traria pedágio para dentro da Cidade, e considerou o prefeito ACM Neto golpista e o PDDU, um golpe. A vereadora Aladilce Souza afirmou que as concepções sobre a qualificação da Cidade variam entre os vereadores e que é necessário discutir essas diferentes visões na Casa. Lembrou que a Constituição e o Estatuto da Cidade determinam que o PDDU concentre políticas públicas e disse que a Oposição, diante da iminente derrota na votação, faria questão de deixar claro quem era ou não a favor da Cidade. Também considerou este o pior PDDU de todos e disse que o processo não tinha cumprido a tramitação inicial nas Comissões como era previsto, em vez disso indo a uma Comissão conjunta especialmente criada para esse fim, e sem o devido fundamento para tanto. Criticou o modelo das audiências públicas e a falta de participação popular nelas, e também o fato de o vereador Léo Prates ter analisado sozinho as emendas propostas, no que viu um vício de procedimento. Lamentou a liberação do gabarito para construções na Orla e a entrega do Centro Histórico para OUC, considerando não haver plano para Salvador, mas, para o setor imobiliário. O senhor presidente introduziu a votação do Requerimento para que a apreciação do Projeto o considerasse globalmente, e não por artigos, e explicou que seriam necessários dois terços dos votos para aprová-lo. Pela ordem, a vereadora Aladilce pediu esclarecimento sobre as Emendas, afirmando que não tivera conhecimento delas, tendo o senhor presidente refutado essa afirmação. Em votação, o Requerimento foi aprovado, sendo, na sequência, também aprovado o Projeto, em 1ª discussão, contra os votos dos vereadores de Oposição. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago questionou o resultado e afirmou ter havido "golpe". Pela ordem, o vereador Everaldo Augusto pediu a contagem dos votos e que observassem um manifestante, na Galeria, que criava tumulto no Plenário, tendo o senhor presidente respondido que a contagem dos votos era matéria vencida. Em 2º discussão, o vereador Everaldo Augusto pediu que fossem retirados do Plenário aqueles que chamavam os opositores de "fascistas". Em aparte, a vereadora Aladilce Souza citou o art. 149 do RI para dizer que a votação do Requerimento só teria lugar na 2ª discussão, e pediu que ela fosse refeita. Após insulto dirigido à vereadora Aladilce Souza por componente da Galeria, o vereador Léo Prates, em aparte, pediu respeito a todos os vereadores. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza disse que não acataria a agressão baixa e machista a ela dirigida e pediu uma posição por parte do senhor presidente. O senhor presidente pediu que a Assistência Militar retirasse os mais exaltados da Galeria. O vereador Everaldo Augusto, retomando a palavra, lamentou que o RI tivesse sido desrespeitado, reiterou o pedido de contagem dos votos sobre o Requerimento e pediu ação contra as pessoas que procediam mal na Galeria, tendo o senhor presidente reiterado, à Galeria, o pedido de respeito. O vereador Gilmar Santiago repudiou a forma como o presidente estava conduzindo o processo, explicando que pedira a contagem dos votos inclusive para alertar à imprensa e lembrando que o PDDU de 2008 fora votado na madrugada porque sua votação se deu artigo por artigo. Declarou não haver 29 votantes favoráveis, razão pela qual reiterou o pedido de contagem, e considerou o Plano indefensável e haver todas as condições de sua judicialização, inclusive pelo que ocorria neste dia. Contou ter gravado policias militares que tentaram impedir a entrada de militantes dos movimentos sociais e pediu a gravação da Sessão. Explicou que, quando a votação ocorre artigo por artigo, alguns edis iam embora devido à demora, e considerou que o medo de não haver número para a aprovação foi que levou ao Requerimento para votação em blocos. Lembrou que a Cidade não gira apenas em torno do mercado imobiliário, afirmando que, apesar de legítimo o interesse desse setor, ele não poderia estar acima dos interesses da Cidade, e mencionou o empreendimento La Vue, na Ladeira da Barra, mostrando como se daria o sombreamento na praia. Pediu que o vereador Léo Prates apresentasse a origem das emendas e afirmou que o Plano retiraria poderes da edilidade através da criação da Comissão Normativa de Legislação Urbanística (CNLU). O vereador Sílvio Humberto repudiou as ofensas machistas à vereadora Aladilce Souza, solidarizando-se com a edil. Lamentou a retirada da questão de gênero do PDDU, informando a existência de uma emenda que suprime a equidade de gênero da matriz curricular e defendendo que, se a questão está incluída na Saúde e na Segurança Pública, deveria também estar incluída na Educação. Em aparte, o vereador Moisés Rocha também se solidarizou com a vereadora Aladilce Souza e lamentou que uma votação importante fosse realizada de maneira tão conturbada. O vereador Sílvio Humberto considerou que a maneira como ocorria esta votação era sinal de tempos tenebrosos e concordou que o PDDU deveria ser mais bem discutido, visando a um futuro mais digno para a Cidade. O vereador Euvaldo Jorge lembrou que os vereadores da base do Governo já foram hostilizados por manifestantes das Galerias e não houve solidariedade dos edis da Oposição. O vereador Silvio Humberto respondeu que um erro não justificava o outro. Em aparte, o vereador Luiz Carlos de Souza lembrou que esta é a Casa do debate e da divergência, e também se solidarizou com a vereadora Aladilce Souza. O vereador Silvio Humberto concluiu afirmando que, com esta votação açodada, a Casa perdeu uma grande oportunidade de discutir a Cidade. A vereadora Aladilce Souza agradeceu as manifestações de apoio recebidas e disse que faria requerimento escrito à Procuradoria da Casa para que tomasse providências sobre o ocorrido. Em aparte, a vereadora Vânia Galvão apoiou a oradora e ressaltou a inadmissibilidade da agressão de gênero, associando-se ao vereador Sílvio Humberto quanto à educação ser fundamental no combate a esse tipo de ação. A vereadora Aladilce Souza prosseguiu reiterando a questão de a votação do Requerimento ter sido feita em momento incorreto e pedindo a anulação da decisão. Explicou que mais de 300 emendas haviam sido apresentadas, tendo permanecido mais de 100, sem que houvesse debate a respeito. Questionou o critério adotado nessa seleção e o fato de um só vereador ter o papel de fazê-la, e ainda a falta de parecer do Conselho da Cidade. Observou não haver, no PDDU, articulação com os muitos investimentos do Governo do Estado na mobilidade urbana. Em aparte, o vereador Hilton Coelho associou-se e pediu que a Galeria tivesse a presença dos cidadãos que haviam sido deixados de fora. Em aparte, o vereador Gilmar Santiago observou que houve 17 emendas sobre saúde, mas o tema não teve audiência para discuti-lo. A vereadora Aladilce Souza concluiu pedindo que sua contestação sobre a votação do Requerimento fosse acatada, e o senhor presidente disse que a indeferia. A Sessão foi prorrogada por 30 minutos. O senhor presidente chamou os edis para nova votação do Requerimento para apreciação global do Projeto, a qual foi feita nominalmente, resultando em 29 votos favoráveis e 13 contra. Findas as discussões e aprovado o Requerimento, o Projeto de Lei n. 396/15 foi votado e aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Arnando Lessa, Carlos Muniz, Everaldo Augusto, Gilmar Santiago, Hilton Coelho, José Trindade, Luiz Carlos Suíca, Moisés Rocha, Sílvio Humberto, Toinho Carolino, Vânia Galvão e Waldir Pires. Declarou voto, inicialmente, o vereador Léo Prates, que agradeceu pela aprovação do Projeto, lembrando que seu Relatório fora aprovado pelas Comissões. Disse que não reforçaria uma dicotomia, já que todas as forças fazem parte do processo, e informou que as Emendas estavam no *site* da CMS. A despeito das críticas, indagou por que não falavam da criação da primeira APA municipal, da proteção aos animais inserida no texto do Plano e das emendas dos próprios vereadores de Oposição. Pela ordem, a vereadora Aladilce pediu que fossem informados os nomes dos vereadores que votaram contra o Projeto, no que foi atendida. O vereador Kiki Bispo parabenizou a Casa pelo processo e lamentou que algumas pessoas ainda quisessem diminui-la, propondo judicialização. Saudou a atuação dos vereadores Arnando Lessa e Léo Prates e considerou que a Casa deixava um importante legado para a Cidade. O vereador Joceval Rodrigues agradeceu a toda a bancada de Governo e ao presidente Paulo Câmara. A vereadora Aladilce Souza considerou que o RI não fora cumprido; que a votação deveria ser anulada; que o Plano aprovado era mais prejudicial que os anteriores; e que a Casa, mais uma vez, impedia o debate democrático. O senhor presidente Kiki Bispo designou o vereador Everaldo Augusto para assumir a 1ª Secretaria. Continuando, a vereadora Aladilce Souza lamentou que a Casa tivesse perdido a oportunidade de requalificar a Cidade e afirmou que o Plano não tinha metas e indicadores, nem seguia algumas disposições de legislação orçamentária, sendo genérico e privilegiando o setor imobiliário. O vereador Gilmar Santiago esclareceu que pedira a recontagem dos 29 votos porque achava que o vereador Edvaldo Brito votaria com a Oposição e lamentou que isso não tivesse ocorrido. Parabenizou sua bancada pela luta e declarou-se frustrado por não terem um PDDU fruto de um pacto para a Cidade. O vereador Luiz Carlos Suica saudou a senhora Marta Rodrigues, que o apoiara ao longo do processo do PDDU, e disse que a bancada de Oposição se mostrou comprometida com os trabalhadores, não aceitando as críticas que lhe havia sido lançadas. Disse preferir que tivesse havido maior debate sobre temas importantes. O vereador Edvaldo Brito explicou ter votado pela apreciação global do Projeto por entender que uma proposição dessa magnitude não poderia ser votada de outro modo. Disse que acompanhou e realmente examinou o processo do PDDU, não tendo

votado de modo sistemático, assim agindo em sua independência e em consideração à responsabilidade que tem junto ao eleitor. Disse ainda que essa mesma linha de atuação o motivou a produzir uma emenda, que veio a ser acatada. O senhor presidente Kiki Bispo saudou o orador. Pela ordem, o vereador Sabá informou que vereadores favoráveis ao PDDU estavam sendo hostilizados na área externa ao prédio e pediu providências. O senhor presidente acatou o pedido e requisitou a ação da Assistência Militar. O vereador Hilton Coelho registrou a presença do presidente municipal do PSol, Fábio Nogueira. Em seguida, considerou que a democracia estava sendo rasgada e criticou o Requerimento que dispensou a votação artigo por artigo, bem como apontou situações que considerou irregularidades, como a não-apresentação das Emendas em tempo hábil. Declarou não se sentir derrotado, porque perderam apenas uma batalha, e opinou que o Projeto era contra os interesses da população. Criticou a especulação imobiliária e considerou que a população iria reagir quando a construção dos arranha-céus na Orla começasse a fazer sombra nas praias e começasse o desmatamento e a retirada da população por conta da *Linha Viva*. O vereador Sílvio Humberto afirmou que aquilo que começa errado termina errado. Considerou que a escolha das Emendas foi política e disse ter constatado duplicidade de considerações sobre as Áreas de Proteção aos Recursos Naturais (APRN), com tratamentos diferentes. Também mencionou a existência de outras questões que poderiam ser debatidas se tivesse havido a discussão de cada Emenda, como a relativa ao Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITIV), considerando haverem perdido a oportunidade de sanar as inconsistências. A vereadora Vânia Galvão agradeceu à bancada do PT por ter estado unida contra o PDDU e lamentou que a Casa tivesse perdido a oportunidade de discutir um plano que contemplasse toda a Cidade. Desafiou algum edil a mostrar que conhecia realmente o Plano aprovado em seu formato final, afirmando que a Mesa suprimira sua discussão para atender a interesses de segmentos, e questionou sobre o teor das emendas criadas pelas construtoras. A vereadora Aladilce Souza pediu a palavra a agradeceu aos que votaram contra o Projeto, numa posição de coerência. Nada mais havendo, o senhor presidente Kiki Bispo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registros do vereador Geraldo Júnior.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PROCESSO DEFERIDO

ASSUNTO: Abono de Permanência

Cadastro	Servidora	Nº Processo
3.326	Maria do Carmo de Jesus Silva	814/2016

RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATO N°.	9912351123
PROCESSO:	208/2016
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:	Inexigibilidade n°. 04/2014
CONTRATADA:	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
CNPJ/CPF:	34.028.316/0005-37
PARECER JURÍDICO:	134/2016
OBJETO:	Prestação de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da contratante.
VALOR TOTAL ESTIMADO:	R$ 467.500,00 (Quatrocentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
PROJETO/ ATIVIDADE:	01.031.0016.200132
ELEMENTO DE DESPESA:	33.90.39.01.00
VIGÊNCIA:	Pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 12 de junho de 2016.
BASE LEGAL:	Lei Federal n°. 8666/93, art. 57, II.
DATA DA ASSINATURA:	10/06/2016
ASSINAM:	Paulo Câmara – CMS Alda Lúcia Snoeck Neiva -Contratada Marenilda Santos -Testemunha Tiago Neves -Testemunha

RESUMO DO TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO N°.	025/2016
PROCESSO:	568/2016
ORGÃO CEDENTE:	SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA
CNPJ/CPF:	03.591.002/0001-90
PARECER JURÍDICO:	148/2016
OBJETO:	O termo de convênio tem por objetivo oferecer serviços e atividades desenvolvidas nas unidades executivas da Capital do SESC, com desconto sobre os preços e taxas cobrados aos servidores e seus dependentes.
VALOR OBJETO:	Sem ônus a CMS
VIGÊNCIA:	12 (doze) meses, a contar da data da assinatura.
BASE LEGAL:	Art.24 de CRFB C/C Art. 116 da lei Federal n.°8666/93.
DATA DA ASSINATURA:	03 de junho de 2016
ASSINAM:	Paulo Câmara – CMS Carlos de Souza Andrade -Contratada Matheus Caíque B. Nascimento –Testemunha Salyma Rodrigues de Freitas - Testemunha



Aprovado novo PDDU de Salvador

Sessão foi movimentada, com a presença de populares contra e a favor da proposta





Fotos: Antonio Queirós

Por 29 votos a 13 (o presidente da Mesa não vota), a Câmara Municipal de Salvador aprovou, na tarde desta segunda-feira (13), o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) com 133 emendas, sendo 52 de iniciativa popular e 81 de autoria dos vereadores. O clima ficou tenso em alguns momentos durante a sessão, devido ao posicionamento de populares contra e a favor do projeto que lotavam as galerias do Plenário Cosme de Farias.



O presidente da Casa, vereador Paulo Câmara (PSDB), destacou a importância do projeto para o desenvolvimento e modernização da cidade e rebateu críticas da bancada da oposição que pedia mais tempo para o debate das emendas. "O Plano foi discutido em diversas audiências públicas, foi o mais participativo de todos os tempos, e publicado desde o dia 6 de junho. Portanto todos tiveram tempo de examinar e todo o processo está dentro da legalidade", frisou.

O relator do PDDU e vice-líder do prefeito ACM Neto na Câmara, vereador Leo Prates (DEM), chamou atenção para o amplo processo de discussão com a sociedade. "Foi o mais transparente PDDU da história de Salvador", classificou, ressaltando como uma das novidades a criação da primeira Área de Proteção Ambiental (APA) da história de Salvador, a Pedra de Xangô. O texto, com 404 artigos, distribuídos em 10 títulos e dois capítulos, foi aprovado em bloco, com duas discussões.

A líder da bancada da oposição, vereadora Aladilce Souza (PCdoB), protestou contra a antecipação da votação e reivindicou o adiamento. Ela, juntamente com os vereadores Hilton Coelho (PSOL), Gilmar Santiago (PT), Sílvio Humberto (PSB) e Everaldo Augusto (PCdoB), que declararam voto contra o projeto, argumentaram, entre outras coisas, que o texto privilegia o mercado imobiliário e favorecerá a construção de espigões na orla, sombreando a praia.

Além desses vereadores da oposição votaram contra o PDDU os petistas Moisés Rocha, Vânia Galvão, Waldir Pires, Arnando Lessa e Suíca; Toinho Carolino e Carlos Muniz, do PTN; e José Trindade (PSL).



